

Violência de Género nos *Media*: Percurso, Dilemas e Desafios

Carla Cerqueira
Sílvia Gomes

Introdução

Os *media* afiguram-se como uma área prioritária na prevenção primária do crime e da violência devido ao seu potencial para influenciar a perceção pública (Carll, 2003; Sutherland, 2015). As notícias^[1] são fatores-chave para a formação dos discursos públicos porque descrevem e dão visibilidade a determinados acontecimentos, temas, grupos e indivíduos, disponibilizando não só informação mas também um enquadramento que contribui para o seu entendimento. Embora os públicos não sejam meros recetores passivos da informação, a forma como os *media* selecionam o que aparece nas notícias e o modo como os indivíduos e acontecimentos são apresentados tem uma influência profunda nas atitudes, crenças e comportamentos da população em geral (Goldberg, Smith-Adcock & Dixon, 2011; Dorfman, 2003; Flood & Pease, 2009; Gomes, 2013, 2015).

A influência dos *media* em determinados públicos é conceptualizada como um processo complexo, que envolve fontes de informação, profissionais do

¹ Neste capítulo “notícia” remete para os conteúdos noticiosos e não para um género jornalístico específico.

campo jornalístico, estruturas organizacionais e públicos, e é inquestionável que a forma como os conteúdos informativos são estruturados pode aumentar o entendimento do público sobre determinados fenómenos sociais, designadamente a violência de género e, mais importante ainda, desafiar o lugar que esta ocupa na sociedade (Easteal, Holland & Judd, 2015).

Assim, a comunicação social tem sido uma das áreas analisadas no âmbito dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas, no sentido de compreender como os discursos mediáticos podem reproduzir as desigualdades de género (Friedan, 1963; Tuchman, Daniels & Benét, 1978; Cerqueira, 2012; Coimbra, 2007; Diez, 2002a, 2002b), ou, ao inverso, contribuir para a sua transformação (Cerqueira et al., 2014; Rollè et al., 2014).

Nos anos 60 do século XX foi criado o slogan “o pessoal é político”, que sugere que «nem pessoas, nem ações, nem atributos pessoais devem ser excluídos da discussão pública e da tomada de decisão, embora a autodeterminação da privacidade possa ainda assim manter-se» (Young, 1998, p. 424, as cited in Silveirinha, 2006, p. 70). Com efeito, a presença da violência de género nos meios de comunicação social tornou o fenómeno mais visível (Simões, 2008), pela quantidade das notícias e pela forma como se apresentam os casos, colocando-os na agenda pública (Carll, 2003; Gallego, 2009; Soriano, 2004, pp. 153-154). No entanto, não raras vezes, esta visibilidade passa para a opinião pública revestida de visões estereotipadas relativamente ao género, camuflando-o onde a ideologia dominante masculina o pretende ver ocultado (Diez, 2002b). Como explicita Berns, (2001), embora a perspectiva patriarcal enquadre a violência de género como uma violência humana e defenda que homens e mulheres são igualmente violentos/as, quando é necessário discutir a responsabilidade para o fim desta violência o foco está em culpabilizar as mulheres. Portanto, embora a violência seja degenderizada, a culpa é genderizada. Aliás, os estudos sobre a mediatização da violência de género demonstram que existem vários exemplos da genderização da culpa, que podem ser agrupados em 4 estratégias: realçar os casos em que as mulheres são agressoras; tornar as mulheres vítimas responsáveis; criticar a tolerância social para a violência das mulheres mas não para a violência dos homens; e culpabilizar os/as defensores/as das mulheres agredidas (Berns, 2001, p. 269).

Neste capítulo abordar-se-á os estudos internacionais e nacionais sobre violência de gênero e *media*, designadamente os que se focam nas representações mediáticas^[2]. Posteriormente, e considerando a importância da arena mediática para a política feminista no combate à erradicação da violência contra as mulheres (Coimbra, 2007), expomos algumas medidas, programas e recomendações de organismos nacionais e internacionais no sentido de criar e fomentar uma produção noticiosa mais inclusiva e promotora de maior diversidade e justiça social, discutindo nomeadamente as que se têm implementado no contexto português. Por fim, refletimos criticamente em torno de alguns desafios/dilemas que decorrem da exposição teórica e da aplicabilidade prática dos programas e recomendações enunciados, procurando lançar pistas para trabalhos futuros neste campo de investigação.

1. Mapeamento dos estudos que articulam *media* e violência de gênero

A investigação sobre violência de gênero e *media* encontra-se na intersecção de duas importantes áreas de estudos dos *media*, a violência e o gênero, embora segundo Soriano (2004), o desenvolvimento crescente dos estudos nestes dois campos seja marcado por uma tendencial autonomia. Os estudos sobre a violência nos *media* quase não se focam na violência de gênero e as investigações sobre *media* e gênero tendem a diluir a violência num conceito mais amplo, o da dominação masculina (Bourdieu, 2001). Não obstante, os estudos sobre a violência de gênero e os *media* acabam por ter grande parte da sua base nos estudos sobre gênero e *media* e, hoje em dia, os efeitos mediáticos produzidos sobre os públicos das notícias sobre violência de gênero são também considerados (v.g., Anatasio & Costa, 2004; Vives-Cases, Torrubiano, Dominguez, & Alvarez-Dardet, 2009; Franiuk, Seefeldt, Cypress & Vandello, 2008; Worthington, 2008; Carlyle, Orr,

² Neste artigo não abordaremos as especificidades dos estudos de recepção, nem dos estudos sobre a produção das notícias. Para ver uma síntese dos últimos estudos desenvolvidos nestes dois campos de investigação, consultar o relatório da Australia's National Research Organisation for Women's Safety (Sutherland, 2015). Para efeitos desta publicação focamo-nos apenas nos estudos sobre as representações de gênero nos *media* por serem os mais trabalhados academicamente.

Savage, & Babin, 2014; Palazzolo & Roberto, 2011; Franiuk, Seefeldt & Vandello; 2008; Brossoie, Roberto & Barrow, 2012), tanto que os *media* são vistos como uma ferramenta para a transformação social por parte de vários coletivos feministas (Coimbra, 2007). Para além disso, como argumenta Berns (2001), trabalhar a violência por si só e não a violência de género é remover o género enquanto variável central no enquadramento do problema, enfraquecendo o seu papel e poder — *degendering the problem* (Berns, 2001, p. 266).

A violência de género³ aparece como a manifestação mais extrema do exercício abusivo do poder por parte dos homens; pressupõe a subjugação do feminino e, por conseguinte, a sua desvalorização (Coimbra, 2007). Esta deve ser entendida como estrutural porque se materializa em qualquer aspeto da vida e se transmite a partir dos mecanismos de socialização: a educação diferente e discriminatória de raparigas e rapazes, a divisão sexual do trabalho, o uso discriminatório dos tempos e dos espaços, a educação dos afetos, a linguagem (Terrón, 2006, p. 36).

Os estudos da violência de género e *media* mostram como as representações mediáticas distorcem este fenómeno social (Consalvo, 1998; Berns, 1999; Bullock & Cubert, 2002). Os *media*, enquanto força dominante de apresentação das matérias de importância pública, têm um papel essencial neste desafio (Sutherland, 2015). Assim, torna-se imperativo compreender como retratam a violência contra as mulheres, a partir da forma, conteúdo e discurso das peças noticiosas, analisando as mensagens mediáticas a partir dos textos e das imagens, das práticas discursivas utilizadas e do domínio de determinados temas ou construções (Sutherland, 2015, p. 7).

As representações que os *media* veiculam da violência contra as mulheres permitem identificar imagens, estereótipos e atitudes que dominam atualmente em

³ A violência de género aparece na literatura de forma mais proeminente na década de 1960, coincidindo com a emergência da segunda vaga feminista, em que se lança o debate sobre a violência sexual, numa tentativa de definir a violência contra as mulheres como um problema político. Nos anos 80, começa-se a usar o conceito de violência doméstica para enfatizar a desigualdade de género entre mulheres e homens na esfera doméstica, por ser o espaço onde a violência de género está institucionalizada. A teoria feminista moveu-se para uma perspetiva mais holística, que une todas as formas de violência contra as mulheres e olha para os contextos específicos onde a violência com base no género é perpetrada. Este avanço está espelhado na definição quer dos tipos — física, sexual, psicológica, económica, femicídio — quer das modalidades — institucional, comunitária, laboral, escolar — de violência de género contra mulheres e raparigas (Montiel, 2014, p. 16).

diferentes esferas da sociedade (Meyers, 1997; Rubinstein, 2005). Nas palavras de Meyers:

Como os *media* representam a violência contra as mulheres é importante não só porque as notícias moldam as nossas visões e compreensão do mundo que nos rodeia, mas também porque afetam como vivemos as nossas vidas (...). As notícias advertem as mulheres sobre que ações e locais são seguros, influenciando as decisões sobre onde ir, que usar, como agir, quão tarde voltar. Falam-nos de como a sociedade vê os atos masculinos de violência dirigida contra as mulheres, delimitando o que pode ser um comportamento aceitável ou inaceitável para homens e mulheres (Meyers, 1997, pp. 2-4).

Rubenstein (2005), após uma revisão da literatura, agrupou as crenças e estereótipos⁴ existentes sobre a violência de gênero em três categorias: crenças sobre a violência contra as mulheres ou eventos violentos concretos; sobre os agressores; e sobre as vítimas. Dentro da primeira categoria identifica a violência representada como sendo perpetuada contra as mulheres, ocorrendo nas classes mais baixas, tratando-se de eventos pontuais e isolados, derivados de uma perda momentânea de controle; é igualmente um assunto ou problema do casal, em que não se deve intrometer ou divulgar, justificado pelo ciúme e crime passional e em que as agressões físicas são mais graves e condenáveis que as psíquicas. Dentro da segunda categoria, o argumento estereotipado comum a ambos os intervenientes no ato de violência é o de que estes têm um problema patológico: a mulher é masoquista e o homem é doente. Apontando os argumentos particulares de cada um dos intervenientes, o agressor atua sob a influência de álcool ou drogas e são estas substâncias que o levam a fazê-lo, denotando-se a sua “normalidade” ou a sua monstruosidade desviante — com a rejeição e marginalização da “anomalia” — ou o seu estatuto de doente que não é responsável pelo que faz. Por outro lado, os argumentos estereotipados sobre a vítima mostram a mulher como sendo ela a provocar a agressão, culpabilizando-se a vítima por determinadas condutas; como gostando de sofrer, pois se não se importasse romperia com o ciclo de vio-

⁴ Para ter acesso a uma sùmula das investigações feministas que se debruçam sobre as representações de gênero mediáticas tendo na base o estereótipo, ver Carter, Branston e Allan (1998, p. 6).

lência; e, por fim, maltratam os homens do mesmo modo que os homens maltratam as mulheres, estereotipando a mulher agressora (Rubinstein, 2005, pp. 50-51).

As mulheres vítimas são descritas como indefesas, fracas ou culpadas pela sua vitimação e os homens agressores como “monstros” ou como estando “fora de si” ou com uma obsessão patológica (Almansa & Postigo, 2003; Byerly & Ross, 2006; Díez, 2005; Meyers, 1997; Marin et al., 2011), e a natureza sistêmica da violência contra as mulheres não é explorada, e é até invisibilizada pelos *media* (Bonilla Campos, 2008; Boyle, 2005; Carter & Weaver, 2003; Díez, 2005; Taylor, 2009).

Meyers (1997) resume os mitos sobre a violência contra as mulheres reportando para a violência sexual. Citando, «As mulheres querem ser violadas, merecem ser violadas, provocam a violação, necessitam ser violadas e desfrutam de ser violadas» (p. 20). Russel (1984) também sistematiza as quatro crenças principais associadas à violência sexual: «Não existe a violação porque se a mulher não quisesse ter sexo teria como facilmente evitá-lo»; «Os poucos violadores que existem são psicopatas, loucos e sádicos», «A violação é o resultado natural da oportunidade» pelo que se as mulheres dão a oportunidade aos homens de serem violadas, eles usam-na naturalmente; e «A violação é simples comportamento masculino» (1984, p. 88).

Estes mesmos estereótipos, crenças e mitos são veiculados e reforçados pelos *media* (Benedict, 1992; Díez, 2002a; Montiel, 2007, 2014). Montiel (2014, p. 16) faz uma síntese de vários estudos e, focando-nos apenas sobre os conteúdos noticiosos, percebemos que: (1) reproduzem estereótipos sexistas que associam a identidade masculina com violência, dominação, independência, agressão e poder, enquanto as mulheres são representadas como emotivas, vulneráveis, sensíveis e dependentes das ações dos homens. (2) Apenas 24% dos sujeitos das notícias são mulheres, 76% são homens. A representação de gênero nas notícias está associada a relações de dominação e subordinação: os homens são representados como desportistas, políticos e empresários e as mulheres como *vox populi* e associadas à falta de *status* e poder (Díez, 2002b). (3) As notícias de violência de gênero tendem a representar as mulheres como vítimas — associadas à sua falta de poder — ou mesmo como responsáveis pela violência. Normalmente os agressores não fazem parte das reportagens (Díez, 2002a; Montiel, 2007).

Também Sutherland (2015), fazendo uma síntese dos estudos sobre a representação mediática da violência de gênero, mostra que: (i) não são reportados os contextos sociais em que o homem violenta a mulher, omitindo informações necessárias; (ii) as histórias são sensacionalistas, através do uso de determinada linguagem ou por focar desproporcionalmente em histórias que encaixam no valor da notícia, mas que são estatisticamente improváveis; (iii) perpetuam-se mitos, distorcendo as percepções públicas sobre a violência; (iv) (in)diretamente transfere-se a culpa do homem agressor para a mulher vítima, focando-se sobre o comportamento das mulheres e seu papel tanto na etiologia como na prevenção da violência; e (v) usam-se de fontes oficiais da justiça como especialistas, em detrimento das mulheres com experiência vivida, advogados, associações de apoio às vítimas de violência e/ou acadêmicas/os.

Carter (1998) cita diversos estudos que analisam as notícias sobre a violência sexual e conclui que, geralmente, as notícias são breves (menos de 300 palavras) e oferecem uma explicação limitada do crime: há uma prevalência do ato em si mesmo, enquanto agressor e vítima são menos falados e descritos apenas nos seus atributos mais visíveis em termos de sexo, “raça” e idade, especialmente da vítima. A forma como se reporta rotineiramente a violência sexual masculina ajuda a normalizar certos modos predefinidos de entender tais ataques, e incentiva as/os leitoras/es a aceitar certas justificações ideológicas para a agressão sexual, tratando-a como típica e até mesmo inevitável (Carter, 1998, p. 231). Verificou ainda que, nos tabloides britânicos, as fontes masculinas ‘autorizadas’ (juízes, detetives, inspetores) são predominantes, sendo que é ainda notória a preferência jornalística por crimes espetaculares, verificando-se uma reprodução das assimetrias de gênero. Isto quer dizer que só em casos mais dramáticos é que esta questão assume uma maior visibilidade, pois caso contrário não é destacada (Carter, 2005, p. 15).

Nos estudos que se debruçam em particular sobre a violência de gênero na intimidade, denota-se também uma distorção na representação deste tipo de violência (Berns, 1999, 2001; Rollè et al., 2014), nomeadamente pela culpabilização das vítimas (Richards et al., 2011; Taylor, 2009) e pela sobrerrepresentação de determinados tipos de agressão. Meyers (1997) observou que, na impossibilidade de noticiar todos os crimes que ocorrem diariamente, as/os jornalistas

desenvolveram uma “hierarquia do crime” em que o homicídio é considerada a agressão mais grave, e, por conseguinte, a mais importante. Assim, vários estudos concluem que os *media* tendem a sobrerrepresentar o femicídio na cobertura da violência “doméstica” (Sims, 2008), enquanto os crimes mais comuns, relacionados com abuso físico, psicológico e sexual são sistematicamente subrepresentados (Bento, 1992; Carter, 1998; Meyers, 1997; Soothill & Wallby, 1991; Sims, 2008; Ryan, Anastario & DaCunha, 2006; Rollè et al., 2014; Rubinstein, 2005, 119-120). A explicação para este fenómeno pode relacionar-se com a visão jornalística do que constitui notícia, guiando-se pelos critérios que valorizam mais o incomum, o extraordinário ou o bizarro. Neste sentido, Meyers (1997) afirma que a notícia não captura as formas mais frequentes de violência, porque são tão comuns que não são consideradas notícias (Rubinstein, 2005). Assim, a cobertura noticiosa valoriza a espetacularização/sensacionalismo, ocultando o carácter estrutural e quotidiano da violência. McLaughlin, por exemplo, analisou a espetacularização na cobertura mediática do assassinato de Nicole Brown Simpson pelo seu marido O. J. Simpson (as cited in Carter, 1998, 71-90). Segundo Sacco (1995) e Maxwell et al. (2000), o caso O. J. Simpson foi, nos Estados Unidos, o ponto de viragem em que os *media* começaram a explorar a frequência e as causas da violência de género, assim como a desadequação das respostas judiciais e a necessidade de mudanças legislativas. Carll (2003) também considera que os *media* trouxeram outras formas de violência de género para a esfera pública, como é o caso dos *honor killings* no Médio Oriente, da violência no namoro e do *stalking*. Na esteira dos resultados apontados, Wolf (2013) mostra que as mulheres maltratadas pelos seus (ex-)parceiros são representadas como fracas, impotentes e vulneráveis. Além disso, são muitas vezes culpabilizadas pela própria vitimização; o crime de violência na intimidade é apresentado como uma “tragédia familiar”, individualizada e separada de seus contextos sociais; a violência na intimidade, como forma de violação dos direitos humanos, é diluída na representação sensacionalista (Wolf, 2013, pp. 195-196).

Assim, tal como sugere Ross (2009), existe uma coexistência de abordagens contraditórias, as quais por um lado trivializam as situações de violência, mas por outro ajudam a descortinar este problema endémico e incentivar à denúncia.

Em contexto nacional, um dos estudos que se destaca neste âmbito é o de Simões (2008, 2011). A investigadora, refletindo em torno do discurso dominante dos *media* sobre a problemática da violência contra as mulheres e à semelhança dos estudos de Tuchman (1978) e das contribuições mais recentes na área, corrobora «a hipótese da reflexão e o aniquilamento simbólico das mulheres» pelos *media*, defendendo que estes refletem os valores sociais dominantes (masculinos), desvalorizando as mulheres dentro das fronteiras protetoras do lar e “protegend-as” como «ornamentos infantis que precisam de ser protegidas». A suposta incompetência feminina é, muitas vezes, justificativa dos papéis sexuais tradicionais: «os homens são líderes instrumentais, trabalhadores ativos e responsáveis pelas decisões fora de casa; as mulheres são afetivas ou líderes emocionais na resolução de problemas dentro do lar»; nos relatos noticiosos, mesmo sobre assuntos de género, os porta-vozes (mulheres) raramente são citados, ao invés dos agentes oficiais homens (académicos, políticos, polícia, etc.) e, mesmo quando têm oportunidade de serem citadas para se autodefinirem, as mulheres são acompanhadas por homens “falantes” para darem a sua visão sobre os acontecimentos (Simões, 2008, 2011). Se é visível que os *media* têm tido um papel reprodutor do *status quo*, também é de ressaltar que é devido à cobertura de casos extremos de violência, designadamente o femicídio, que são os que os *media* portugueses dão maior visibilidade entre as violências de género, que se dá a passagem da violência a preocupação pública (Simões, 2008).

Simões (2011) também traz uma novidade relativamente aos estudos internacionais através da diferença observada na produção noticiosa entre a imprensa popular e de referência. Segundo a autora, no jornal popular há uma tendência para a espetacularização na cobertura de casos isolados e atípicos de violência contra as mulheres e uma tendência para um certo populismo penal, demagógico e alienante, que propicia, entre outros, a manutenção de estereótipos, normaliza a violência de género e obscurece a sua natureza estrutural. Por outro lado, no jornal de referência observa-se algum confronto de discursos, que oferecem enquadramentos interpretativos alternativos, projetando um imaginário público mais consentâneo com a diversidade do tecido social. O discurso proeminente é o que emerge no quadro das tensões espoletadas por mudanças legais ocorridas (Simões, 2011, pp. 490-492).

Dias (2006) focando-se nos discursos culturais veiculados pelos *media* sobre a violência conjugal, analisando a sua transformação desde 1965 até 2006, chega a 3 conclusões fundamentais: (1) ênfase em explicações psicológicas ou situacionais para a violência masculina, havendo um viés de gênero nas explicações para a violência (e.g., violência masculina emocional vs. violência feminina deliberada), (2) descrição das mulheres agressoras como más e frias, e (3) procura do drama, com novos ângulos para o problema, como a violência feminina, que minimizam e obscurecem a violência conjugal mais comum, exercida pelos homens contra as mulheres (Dias, 2006; Conde & Machado, 2010). Refere ainda que os *media* não parecem contribuir para uma maior consciencialização social face ao problema da violência conjugal na esfera pública, uma vez que, não obstante a maior visibilidade do fenómeno, o discurso mediático não comunica o problema dos maus-tratos à mulher como uma questão pública e social, responsabilizando a vítima pela situação.

Também Coimbra (2007) reitera na sua investigação que os *media* estão profundamente implicados nos padrões de discriminação contra as mulheres na sociedade, os quais, através da ausência, trivialização ou condenação nos conteúdos mediáticos conduziram à sua “aniquilação simbólica” (Coimbra, 2007, p. 132). Esta manifesta-se nos modos como os discursos fazem indiciar uma fraternidade masculina, e articula-se intimamente com um sentimento de propriedade dos homens sobre as mulheres e, em alguns casos, a desculpabilização do feticida alegando ciúme, paixão, alcoolismo e outras prerrogativas do patriarcalismo que, nas sociedades mais tradicionais, legitimava o poder de vida e de morte sobre mulheres e crianças. Aos homens é concedida a possibilidade do desnorteamento pelo ciúme mórbido ou pelo “estatuto de cornudo” e o direito de ir até aos crimes de sangue, de lavagem da honra. Nas notícias analisadas, a autora encontrou por vezes uma retórica abonatória dos agressores, assim como um aval dado aos atos praticados, mesmo por parte de autoridades (Coimbra, 2007, pp. 137-138). Mais, a invisibilidade a que as mulheres assassinadas são votadas é um traço evidente da futilidade do ato, já que a notoriedade da ação reside, quase invariavelmente, sobre o agressor (Coimbra, 2007, p. 138). A autora encontrou ainda, em muitas notícias, a informação de que a violência exercida sobre a mulher violentada era conhecida pela vizinhança, por familiares, e por vezes até mesmo pelas autoridades;

no entanto, o silêncio imperou (Coimbra, 2007, p. 138), daí a investigadora designar estes casos como “crônicas de mortes anunciadas” (Coimbra, 2007, p. 139).

Além destes, outros trabalhos de investigação que se têm focado na representação das mulheres nos *media* abarcam a dimensão da violência de género, uma vez que esta é uma das temáticas que tem ganho maior visibilidade. Apesar disso, o tratamento noticioso é o ponto da questão, pois uma maior visibilidade do fenómeno pode não significar uma representação da sua complexidade. Por exemplo, Teresa Monteiro e Verónica Policarpo (2002), num trabalho sobre a discriminação das mulheres, tal como é construída pela imprensa e pela televisão portuguesas, afirmam que a representação das mulheres surge nos *media* como um problema sociocultural e que estes dão um «tratamento politicamente correto ao tema». Além disso, a discriminação étnica tem mais visibilidade nos *media* portugueses do que a discriminação das mulheres, sendo estas frequentemente noticiadas como vítimas de violência (sexual). Também Carla Cerqueira (2015), numa análise sobre a cobertura noticiosa do Dia Internacional das Mulheres, conclui que desde que a temática da violência, sobretudo doméstica, entrou na esfera pública em Portugal, a partir da década de 1990, os *media* costumam aproveitar a efeméride para apresentar dados estatísticos ou exemplos de casos chocantes. Na representação das mulheres enquanto vítimas salienta-se o estereótipo “feminino” ligado à expressividade e dependência, e as notícias apelam ao lado emocional, não fazendo a problematização desse flagelo social.

Alguns estudos recentes, incluindo os que exploram as alterações na cobertura mediática ao longo do tempo, descobriram uma mudança ao nível da apresentação das notícias que passa pela inclusão de mais informações contextuais sobre as causas da violência, um aumento no uso de informação de locais onde procurar ajuda, e uma redução no sensacionalismo e na culpabilização direta da vítima (Comas-d’Argemir, 2014; Morgan & Politoff, 2012; O’Hara, 2012). Ainda assim, notícias que desafiam, ao invés de reforçarem, as normas culturais e sociais sobre género, são ainda uma minoria (Sutherland, 2015).

Logo, longe de contribuírem para a discussão e compreensão das condições estruturais da violência contra as mulheres, os *media* normalizam-na e promovem a violência com base no género (Meyers, 1997), sendo neste momento parte do problema em vez de serem a solução (Montiel, 2014, Coimbra, 2007).

2. Medidas, programas e recomendações nacionais e internacionais

Foi em Viena, em 1993, na declaração que resultou da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que se ressaltaram os direitos específicos das mulheres e a necessidade de combater as diversas violações e discriminações das quais são alvo em múltiplos contextos. Esta conferência é considerada um marco no reconhecimento da violência de género como sendo do domínio público e não da esfera privada (Tavares da Silva, 2006, p. 55), começando a ganhar espaço na agenda mediática.

A cobertura mediática da violência de género tem sido uma das temáticas discutidas a nível nacional e internacional. No que concerne à relevância dos *media* no tratamento noticioso das mulheres e dos temas relacionados com as (des)igualdades de género, de onde se salientam as questões da violência, um dos momentos marcantes situa-se em 1995 com a Conferência de Pequim – IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Da Plataforma de Ação da conferência foram apresentadas doze áreas críticas, sendo a violência de género e a importância dos *media* na representação e participação das mulheres duas destas. Na secção J, denominada “As Mulheres e os *Media*”, reconhece-se que os meios de comunicação são fulcrais para o progresso das mulheres. O documento incide sobre dois objetivos estratégicos, os quais poderão ser operacionalizados através de diversas medidas a adotar pelos governos e organizações internacionais, pelas associações de profissionais e pelas empresas e profissionais da esfera mediática (Cerqueira, 2012): *i*) «incrementar a participação e o acesso das mulheres à expressão das suas ideias e à tomada de decisão nos meios de comunicação social e através deles, e nas novas tecnologias da comunicação» (CIDM, 2005, p. 170) e *ii*) «fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação social» (CIDM, 2005, p. 173).

A Convenção de Istambul de 2014 sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica é um dos documentos mais recentes e que funciona como medida para o contexto europeu. Portugal foi o 1.º Estado-Membro da UE a aderir.

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia apresentou, em 2014, o relatório “Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União

Europeia”, no qual refere que uma em cada três mulheres na União Europeia, desde os 15 anos, já foi vítima de violência, pelo menos uma vez na vida. Os dados revelam que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos muito frequente, mas raramente denunciada (FRA, 2014, p. 9). Também a Organização das Nações Unidas (ONU) tem dinamizado várias ações e incrementado recomendações no sentido de acabar com a violência contras as mulheres⁵. Muitos são os organismos que têm esta preocupação e que acabam por centrar a atenção na importância dos *media* no que concerne à transformação das assimetrias de género⁶.

Além disso, no que diz respeito ao contexto nacional, a criação de organismos específicos como a Comissão da Condição Feminina (1975), atual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)⁷, a incorporação de medidas internacionais e a sua adaptação ao território e especificidades nacionais⁸ e a proliferação de várias ONG's têm contribuído igualmente para se problematizar a questão da violência de género na sociedade e da importância que os *media* têm na consciencialização e denúncia do fenómeno.

É de mencionar que, a nível (inter)nacional, têm sido apontadas, quer no seio da academia, quer por parte de diversas organizações da sociedade civil que operam no campo dos direitos das mulheres, da igualdade de género e dos feminismos, várias recomendações para o tratamento noticioso da violência de género, sendo que a maior parte tem como base a cobertura dos casos de violência doméstica. De referir que estas realçam a necessidade de uma cobertura noticiosa que enquadre a questão como uma violação dos direitos humanos e um atentado contra a dignidade e liberdade das pessoas e não como casos passionais; que não se foque em casos episódicos, mas no tratamento jornalístico do problema social através de uma maior frequência na cobertura, extensão e profundidade; que não sejam noticiados unicamente os casos negativos, mas que as histórias de sucesso e resistência sejam visíveis nos conteúdos informativos; dar visibilidade às diferentes expressões de violência de género e aos seus impactos; publicar os dados

⁵ Consultar <http://www.un.org/en/women/endviolence/>.

⁶ Para aprofundar as políticas neste campo ver Cerqueira e Cabecinhas (2012).

⁷ Ver <https://www.cig.gov.pt/a-cig/historia-da-cig/>.

⁸ Ver <https://www.cig.gov.pt/planos-nacionais-areas/cidadania-e-igualdade-de-genero/>.

de agressores, evitando que o anonimato assegure a sua impunidade; contar cada estória sem cair em vitimizações; selecionar diversificar as fontes de informação; respeitar o direito à intimidade das pessoas agredidas e a presunção de inocência de agressoras/es; informar sobre os recursos públicos existentes. Além disso, são realizados *workshops* com profissionais e criados prémios para um tratamento noticioso comprometido e ético.

Relativamente ao contexto português neste domínio é de destacar o Observatório de Mulheres Assassinadas⁹, da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, que existe desde 2004 com o objetivo de fazer «o estudo do homicídio e tentativa de homicídio por violência de género», baseando-se nos dados da imprensa portuguesa.

3. Dilemas e desafios na cobertura mediática da violência de género

Concordamos com Pilar Lopez Díez (2002, p. 27) quando menciona que há mais de duas décadas que as instituições tentam convencer os *media* a implementar políticas de igualdade, nomeadamente através de «orientações, recomendações, regras, “dicas”, conselhos (...), mas por enquanto, não parecem mostrar sinais de aplicação». Assim, destacamos aqui alguns dos dilemas que consideramos que atravessam esta área da cobertura da violência de género nos *media* na atualidade, atentando para os desafios que estes colocam aos atores sociais e estruturas organizacionais.

Dar visibilidade às sombras mediáticas da violência de género – A violência contra as mulheres é aquela que tem maior visibilidade no espaço público mediático. Elas aparecem maioritariamente como vítimas, enquanto os homens são representados como agressores. A única característica demográfica de agressores que é esmagadoramente congruente em notícias e em outras fontes de informação sobre a criminalidade é o sexo dos indivíduos (Sacco, 1995, p. 143).

⁹ http://www.umarfeminismos.org/?option=com_content&view=article&id=272&Itemid=26.

Os estudos feministas não são apenas sobre mulheres, eles pretendem mostrar o impacto das estruturas de comunicação e sistemas e processos sociais na construção identitária e nas vidas de homens e mulheres. É esta dimensão que nos parece que tem sido ignorada, continuando a posicionar o problema da violência de gênero como sendo uma questão a resolver por parte das mulheres, silenciando um olhar holístico que a equaciona enquanto direito humano.

Obviamente que a violência de gênero assenta as suas bases num sistema desigual, patriarcal, hegemónico, que necessita de ser questionado e deslegitimado. É por isso que as mulheres continuam a ser a maioria das vítimas (Díez, 2002). Nesse sentido, é fundamental apresentar os casos de violência enquanto acontecimentos históricos e não procurar razões para a naturalização da violência. É também necessário aprofundar o conhecimento sobre a forma como os *media* representam as masculinidades, desconstruindo a visão de uma masculinidade hegemónica, (Messerchmidt, 2012, p. 59) e procurando envolver os homens no compromisso de erradicação da violência de gênero.

Noticiar crimes com perspectiva de género – Muitas vezes a cobertura mediática de crimes sexuais e outras situações que reportam a violência de gênero assenta mais na dicotomização vítimas/agressores e no fascínio pela demonização da agressão do que nas questões de assimetrias de gênero (Soothill & Walby, 1991 as cited in Reiner, 1997). Esta ideia remete para uma cobertura mediática que assenta na narrativa da vitimização, no choque e sensacionalismo, a qual obscurece o entendimento das desigualdades estruturais vivenciadas e as assimetrias de gênero, ignorando que a violência de gênero necessita de ser explicada e contextualizada. É nessa ótica que os *media* poderão insistir em termos de cobertura. Não são casos esporádicos ou fatalidades do destino, mas violações dos direitos humanos. Além disso, para a percepção pública do fenómeno e o entendimento da sua complexidade é necessário dar visibilidade a diversas narrativas, contextualizando-as, bem como às “estórias” de sucesso de vítimas, contribuindo assim como mecanismos de denúncia e de *empowerment* de outras pessoas que vivem situações semelhantes.

A relevância de uma perspectiva interseccional – Em substituição do modelo Habermasiano, algumas feministas propõem uma esfera pública (ou esferas pú-

blicas múltiplas) onde são reconhecidas e apreciadas as diferenças, procurando uma base normativa para o particularismo como fundamento da democracia. Questões como o gênero, a “raça”, a etnia, a idade e a orientação sexual, entre outras, constituem diferenças que não podem ser “suspensas” para constituir uma expressão do interesse geral e objetivo, ainda que este tenha um propósito eminentemente emancipador (Silveirinha, 2001). Este olhar interseccional (DeFrancisco & Palczewski, 2007) está muitas vezes ausente da cobertura noticiosa, sendo fundamental para a sua compreensão enquanto fenómeno social, uma vez que a interseção de diversas categorias identitárias contribui para (re)produzir contextos de desigualdade sistémicos. Não se pode, portanto, ignorar, a intersecção, convivência e relações de mutualidade entre os diferentes sistemas de opressão e como estes contribuem para as situações de violência que são vivenciadas.

Dos impactos da cobertura mediática da violência de género na sociedade – Como explicitámos, existem diversos estudos nesta área de investigação, bem como medidas, programas e recomendações de diversos organismos nacionais e internacionais no sentido de fomentar uma cobertura noticiosa mais inclusiva e com capacidade de transformação social. Contudo, importa questionar até que ponto se mudaram efetivamente as práticas na cobertura noticiosa dos casos de violência de género nos países que adotaram manuais específicos para um tratamento mais inclusivo ou outro tipo de recomendações direcionadas às instituições jornalísticas e às/aos profissionais. Além disso, apesar de ser reconhecida a importância dos *media* nos casos de denúncia de violência, o enquadramento noticioso focado na revitimização leva-nos a questionar até que ponto isto não terá um impacto negativo na vida das mulheres que sofrem de violência.

As análises articuladas: produção, conteúdos e receção – No campo dos estudos feministas dos *media*, e no que concerne à temática da violência de género, tem sido dada atenção à esfera dos conteúdos, da produção e, mais recentemente, da receção, embora as investigações olhem para estes prismas do processo comunicativo mediático de forma isolada. Neste sentido, um dos desafios que se coloca nesta área prende-se com a realização de estudos que articulem os eixos da produção, dos conteúdos e da receção, pois só desta forma triangulada é pos-

sível compreender a complexidade inerente ao circuito mediático (Krijnen & Van Bauwell, 2015). Paralelamente, esta visão articulada implica um conhecimento situado, atento à economia política dos *media* e às transformações socioculturais.

Atores sociais em diálogo – Nesta esfera de ação há vários atores sociais individuais e coletivos que têm trabalhado no sentido da denúncia, visibilidade e consciencialização pública para o fenómeno da violência de género. Academia, organizações e profissionais do campo mediático, organizações da sociedade civil e organismos estatais têm promovido as mais diversas iniciativas, mas muito do trabalho realizado é feito sem dialogar com os interlocutores e sem promover sinergias. É fundamental fomentar o diálogo e criar mecanismos que permitam um trabalho em rede, pois só desta forma se cria reflexão conjunta no sentido de mudar as práticas jornalísticas.

Muitos são os dilemas e desafios que se colocam nesta área de investigação-ação. A lição que pode ser retirada do ativismo e estudos feministas é que a justiça de género nos *media* depende de uma transformação social de grande escala, em que os direitos das mulheres — e os direitos das mulheres a comunicar — são respeitados e implementados (Gallagher, 2014). Como apontaram Gill e Scharff (2011, p. 62), é necessário pensar o sexismo e a exploração sexista como um conjunto ágil, dinâmico e diversificado de representações maleáveis e práticas de poder, e parte do projeto dos estudos feministas dos *media* deve ser compreender e iluminar as várias formas em que o sexismo (e a interseção com outros eixos de poder) operam através dos *media*. Esta compreensão exige um olhar triangulado — produção, conteúdos e receção —, interdisciplinar e dialogante entre diversos atores sociais. Afinal, nas sociedades contemporâneas, as relações de poder e as formas de violência de género adquirem uma complexidade cada vez maior, sendo mais implícitas, ambíguas e difusas, implicando um sentido crítico e de alerta cada vez mais apurado (Leyva & Olaizola, 2007, p. 26). Afinal, «it's time to get angry again» (Gill & Scharff, 2011, p. 61).

Referências

- Almansa, A. & Postigo, I. (2003). *Medios de comunicación y violencia de género: Análisis del tratamiento informativo en el caso español. Violence and Media: Resources and Discourses*. II International Conference, Communication and Reality. Barcelona: Universitat Ramon Lull. Facultat de Ciències de la Comunicació Blanquerna.
- Anatasio, P. A. & Costa, D. M. (2004). Twice hurt: How newspaper coverage may reduce empathy and engender blame for female victims of crime. *Sex Roles*, 52(9-10), 535-542.
- Benedict, H. (1992). *Virgin or vamp: How the press covers sex crimes*. New York: Oxford University Press.
- Berns, N. (1999). My problem and how I solved it: Domestic violence in women's magazines. *The Sociological Quarterly*, 40, 85-108.
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence, *Gender & Society*, 15, 262-281.
- Bonilla Campos, A. (2008). Género, identidades y violencia. In Ministerio de igualdad. *Imaginario cultural, construcción de identidades de género y violencia: formación para la igualdad en la adolescencia* (pp. 15-34). Madrid: Instituto de la Mujer.
- Bourdieu, P. (2001). *Masculine domination*. Stanford: Stanford University Press.
- Boyle, K. (2005). *Media and violence. Gendering the debates*. London: Sage.
- Brossoie, N., Roberto, K. A. & Barrow, K. M. (2012). Making sense of intimate partner violence in late life: Comments from online news readers. *Gerontologist*, 52(6), 792-801.
- Bullock, C. F. & Cubert, J. (2002). Coverage of domestic violence fatalities by newspapers in Washington State. *Journal of Interpersonal Violence*, 17, 475-499.
- Byerly, C. M. & Ross, K. (2006). *Women and media: A critical introduction*. Oxford: Blackwell.
- Carll, E. K. (2003). News portrayal of violence and women: Implications for public policy. *American Behavioral Scientist*, 46(12), 1601-1610.
- Carlyle, K. E., Orr, C., Savage, M. W., & Babin, E. A. (2014). News coverage of intimate partner violence: Impact on prosocial responses. *Media Psychology*, 17(4), 451-471.
- Carter, C. & Steiner, L. (2004). *Critical Readings in Media and Gender*. Maidenhead: Open University Press.
- Carter, C. (2011). "Sex/Gender and the Media: From Sex Roles to Social Construction and Beyond". In K. Ross (Ed.), *The Handbook of Gender, Sex and Media* (pp. 365-382). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Carter, C., Branston, G. & Allan, S. (1998). Setting new(s) agendas: An introduction. In C. Carter, G. Branston & S. Allan (Ed.) *News, Gender and Power* (pp. 1-9). London: Routledge.
- Carter, C. & Weaver, C. K. (2003). *Violence and the media*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press.

- Cerqueira, C. (2012). *Quando Elas (Não) São Notícia: Mudanças, Persistências e Reconfigurações na Cobertura Jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)* (Tese de Doutorado). Braga: Universidade do Minho.
- Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inovação) legislativa à mudança social. *Ex Aequo*, 25, 105-118.
- Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2015). A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: mudanças, persistências e reconfigurações. *Revista Novos Olhares*, 4(1), 37-51.
- Cerqueira, C., Magalhães, S. I., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). *De Outro Género: Propostas para a Promoção de um Jornalismo Mais Inclusivo*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- CIDM (2005). *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: a Plataforma de acção de Pequim (1995-2005)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Coimbra, A. (2007). *Crónicas de mortes anunciadas: violência doméstica, imprensa e questões de género em articulação com a educação da cidadania* (Tese de Mestrado). Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Comas-d'Argemir, D. (2014). News of partner femicides: The shift from private issue to public problem. *European Journal of Communications*, 30(2), 121-136.
- Conde, A. R. & Machado, C. (2010). Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia*, 24(1), 17-47.
- Consalvo, M. (1998). 3 shot dead in courthouse: Examining news coverage of domestic violence and mail-order brides. *Women's Studies in Communication*, 21(2), 188-211.
- DeFrancisco, V. P. & Palczewski, C. H. (2007). *Communicating gender diversity: A critical approach*. Los Angeles: Sage Publications.
- Dias, A. R. (2006). *Discursos culturais e violência conjugal: O olhar dos media sobre a mulher, as relações de género e a violência – de 1965 a 2006* (Tese de Mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- Díez, P. L. (2002). La Violencia contra las Mujeres en los medios de comunicación. In IORTV (Ed.) *Mujer, Violencia y Medios de Comunicación: Dossier de Prensa* (pp. 21-35). Madrid: Instituto Oficial de radio y television (RTVE).
- Díez, P. L. (2005). *2.o Informe de la investigación: Representación de género en los informativos de radio y televisión*. Madrid: Instituto de la Mujer, Instituto Oficial de Radio y Televisión (IORTV).
- Dorfman, L. (Ed.) (2003). *Issue 13. Distracted by Drama: How California Newspapers portray Intimate Partner Violence*. Berkeley: Berkeley Media Studies Group.
- Easteal, P., Holland, K. & Judd, K. (2015). Enduring themes and silences in media portrayals of violence against women. *Women's Studies International Forum*, 48, 103-113.
- Flood, M. & Pease, B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10(2), 125-142.

- FRA (2014). *Relatório Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia – Síntese dos resultados*. Disponível em <http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/11/Viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres-um-inqu%C3%A9rito-%C3%A0-escala-da-UE.pdf>.
- Franiuk, R., Seefeldt, J. L. & Vandello, J. A. (2008). Prevalence of rape myths in headlines and their effects on attitudes toward rape. *Sex Roles, 58*(11-12), 790-801.
- Franiuk, R., Seefeldt, J. L., Cephess, S. L., & Vandello, J. A. (2008). Prevalence and effects of rape myths in print journalism: The Kobe Bryant case. *Violence Against Women, 14*(3), 287-309.
- Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique*. New York: W. W. Norton and Company.
- Gallagher, M. (2014). Feminist scholarship and the debates on gender and communication. In A. V. Montiel (Ed.), *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender* (pp. 11-14). França: UNESCO.
- Gallego, J. (2009). *Si te vas, te mato: Mujeres que murieron por su libertad*. Barcelona: Icaria.
- Gill, R. & Scharff, C. (2011). *New femininities: postfeminism, neoliberalism and subjectivity*. New York: Palgrave Macmillan.
- Goldberg, R. M., Smith-Adcock, S. & Dixon, A. L. (2011). The Influence of the Mass Media on Relational Aggression among Females: A Feminist Counseling Perspective. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 20*, 376-394.
- Gomes, S. (2013). A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Revista Latitudes, 7*(2), 187-217.
- Gomes, S. (2015). Dos media e da construção das realidades criminais. In M. I. Cunha (Ed.), *Do Crime e do Castigo: Temas e Debates Contemporâneos* (pp. 81-98). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Greer, G. (1971). *The Female Eunuch*. London: Paladin.
- Krijnen, T. & Van Bauwel, S. (2015). *Gender and Media: Representing, Producing, Consuming*. London and New York: Routledge.
- Marin, F. et al. (2011). El tratamiento informativo de las víctimas de violencia de género en Euskadi: Deia, El Correo, El País y Gara (2002-2009). *Comunicación y Sociedad, XXIV*(2), 435-466.
- Maxwell, K. A., Huxford, J., Borum, C., & Hornik, R. (2000). Covering Domestic Violence: How the O.J. Simpson Case Shaped Reporting of Domestic Violence in The News Media. *Journalism & Mass Communication Quarterly, 77*(2), 258-272.
- Meyers, M. (1997). *News coverage of violence against women: Engendering the blame*. London: Sage Publications.
- Monteiro, T. & Policarpo, V. (2002). As mulheres nos media portugueses: um estudo exploratório. Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet>.

- Montiel, A. V. (2007). La responsabilidad de los medios de comunicación en la eliminación de la violencia de género contra las mujeres. In A. V. Montiel, M. Portillo & J. Repoll (Eds.), *Las claves necesarias de una comunicación para la democracia* (pp. 279-302) Mexico City: AMIC /UJAT.
- Montiel, A. V. (2014). Violence against women and media: advancements and challenges of a research and political agenda. In A. V. Montiel (Ed.), *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender* (pp. 15-19). França: UNESCO.
- Palazzolo, K. E. & Roberto, A. J. (2011). Media representations of intimate partner violence and punishment preferences: Exploring the role of attributions and emotions. *Journal of Applied Communication Research*, 39(1), 1-18.
- Richards, T. N., Gillespie, L. K. & Smith, D. (2011). Exploring News Coverage of Femicide: Does Reporting the News Add Insult to Injury? *Feminist Criminology*, 6(3), 178-202.
- Rollè, L., Abbà, S., Fazzino, R., Marino, E., & Brustia, P. (2014). Domestic violence and newspaper: an explorative study, *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 127, 504-508.
- Ross, K. (2009). *Gendered Media: Women, Men, and Identity Politics*: Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Rubinstein, C. V. (2005). *Representación de la violencia contra las mujeres en la prensa española (El País/ El Mundo) desde una perspectiva crítica de género. Un análisis crítico del discurso androcéntrico de los medios* (Tese de Doutoramento). Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Russel, D. (1984). *The politics of rape: the victim's perspective*. New York: Stein & Day.
- Ryan, C., Anastario, M., & DaCunha, A. (2006). Changing Coverage of Domestic Violence Murders. A Longitudinal Experiment in Participatory Communication. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(2), 209-228.
- Sacco, V F. (1995). Media constructions of crime. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539, 145-54.
- Silveirinha, M. J. (2001). Discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária. *Revista Faces de Eva*, 6, 65-84.
- Silveirinha, M. J. (2006). Obliterando o “político”: o “pessoal” no espaço público mediatizado. *Ex aequo*, 14, 67-92.
- Simões, R. (2008). *A Violência Contra as Mulheres nos Media – Lutas de Género no Discurso das Notícias (1975-2002)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Simões, R. (2011). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas – Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media* (Tese de Doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sims, C. L. (2008). Invisible Wounds, Invisible Abuse: The Exclusion of Emotional Abuse in Newspaper Articles. *Journal of Emotional Abuse*, 8(4), 375-402.
- Soriano, J. (2004). Las mujeres ante la información sobre violencia de género, *Sphera Pública – Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, 4, 151-170.

- Sutherland, G. et al. (2015). *Media representations of violence against women and their children: State of knowledge paper*. Alexandria: Australia's National Research Organisation for Women's Safety.
- Tavares da Silva, R. (2006). *Enquadramento internacional das políticas para a igualdade entre mulheres e homens*. Disponível em http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1220024596_05_SACAUSEF_III_47a58.pdf.
- Taylor, R. (2009). Slain and Slandered. A Content Analysis of the Portrayal of Femicide in Crime News. *Homicide Studies*, 13(1), 21-49.
- Tuchman, G. (1978). The symbolic annihilation of women by the mass media. In G. Tuchman, A. K. Daniels & J. W. Benét (Eds.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3-38). New York: Oxford University Press.
- Tuchman, G., Daniels, A. K. & Benét, J. (Eds.) (1978). *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*. New York: Oxford University Press.
- Vives-Cases, C., Torrubiano-Domínguez, J. & Álvarez-Dardet, C. (2009). The effect of television news items on intimate partner violence murders. *European Journal of Public Health*, 19(6), 592-596.
- Wolf, B. (2013). Gender-based violence and the challenge of visual representation: La violència de gènere i el repte de la representació visual. *Revista de Recerca i d'Anàlisi*, 30(1), 193-216.
- Worthington, N. (2008). Encoding and decoding rape news: How progressive reporting inverts textual orientations. *Women's Studies in Communication*, 31(3), 344-367.

ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

cieg

CENTRO
INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS DE
GÉNERO
ISCSP-ULISBOA

COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO

TÍTULO

Violências de Género

COORDENAÇÃO

Sofia Neves | Dália Costa

AUTORES/AS

Alberta Burity da Silva | António José Osório | Carla Cerqueira
Carla Moleiro | Cristina Pereira Vieira | Conceição Nogueira
Dália Costa | Dalila Cerejo | Helena Grangeia | Isabel Dias
Liliana Rodrigues | Mónica Araújo de Albuquerque | Nuno Pinto
Nuno Santos Carneiro | Olga Magano | Rita Mira | Sílvia Gomes
Sofia Neves | Teresa Sofia Castro

EDITOR

© ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Rua Almerindo Lessa, Polo Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

IMPRESSÃO SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

DEPÓSITO LEGAL N.º 432645/17

TIRAGEM 500 exemplares

ISBN 978-989-646-122-5

Outubro de 2017